

UM ESTUDO LÉXICO-CONCEPTUAL DA METONÍMIA

(A lexical and conceptual study of metonymy)

Mônica Mano TRINDADE
(UFPB)

Resumo: Neste artigo, cujo objeto de investigação é a metonímia, pretende-se analisar casos não convencionalizados desse processo, como o enunciado – eu estou estacionado – para o qual se tem tradicionalmente atribuído uma análise pragmática. Como aporte teórico à análise, destacam-se Pustejovsky (1995) e Jackendoff (2002). O primeiro trata a polissemia lógica baseado no Léxico Gerativo, que combina os níveis de representação lexical com os mecanismos gerativos responsáveis pela explicação de novos sentidos. O segundo trata os casos de metonímia não convencionalizada como um processo de composição enriquecida, por meio do qual se representa a parte contextualizada do enunciado na estrutura conceitual. Propondo uma aproximação entre os dois autores, o dado linguístico selecionado é analisado como um mecanismo de coerção de tipo, cuja formalização mais abrangente é a composição enriquecida, enfatizando a relação de posse como a relação que viabiliza tal coerção.

Palavras-chave: metonímia, composição enriquecida, coerção de tipo, posse.

Abstract: This study, whose object of investigation is metonymy, aims at analysing the non-conventionalized cases of this process, like – I am parked – which has been traditionally given a pragmatic analysis. Pustejovsky (1995) and Jackendoff (2002) stand out as theoretical background supporting the research. The former addresses logical polysemy based on Generative Lexicon, which combines the levels of lexical representation and the generative mechanisms that account for the explanation of new meanings. The former approaches the cases of non-conventionalized metonymy as an enriched composition process through which the contextualized part of the utterance is represented in the conceptual structure. By proposing an approximation of both authors, the selected linguistic datum is analyzed as a type coercion mechanism, where the more comprehensive formalization is the enriched composition, with emphasis on the relation of ownership as the relation that makes such coercion possible.

Key-words: metonymy, enriched composition, type coercion, ownership.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de análise formal para o enunciado *eu estou estacionado*, geralmente relacionado a processos de metonímia não convencionalizada ou extensão de sentido, cuja interpretação é dependente do contexto.

Na primeira seção, como aporte teórico à análise pretendida, apresento a Teoria do Léxico Gerativo, Pustejovsky (1995). Enfatizando o papel central desempenhado pelo conhecimento lexical em teorias linguísticas, o autor delinea a Teoria do Léxico Gerativo (TLG) como uma possibilidade de explicar a produção de novos sentidos a partir das regras lexicais, função relevante para uma teoria de semântica lexical. Nesta perspectiva, ficam delimitadas a Estrutura argumental e a Estrutura de qualia, associadas ao mecanismo gerativo de Coerção de Tipo, responsável pela criação de novos sentidos, como possibilidade de se explicar o enunciado selecionado como objeto de investigação.

Na segunda seção, apresento as considerações feitas por Jackendoff (2002), que estuda o significado a partir de uma abordagem representacional/mentalística. Assim, o autor propõe a inserção de elementos da pragmática na estrutura conceitual, quando apresenta o processo de “enriched composition”, traduzido aqui como composição enriquecida e posto como um possível modelo de representação conceitual para os processos não convencionalizados de metonímia. Em seguida à apresentação de cada um dos autores, a terceira seção destina-se à aproximação das duas teorias que, em muitos aspectos, parecem compatíveis.

Finalizando, analiso *eu estou estacionado*, diferente da explicação dada em Nunberg (1996) – que trata o enunciado como um caso de transferência de predicado –, em função da opção assumida neste trabalho por uma análise pautada na TLG. Para isso, opto por uma proposta de formalização que inclui o processo de composição enriquecida, a estrutura argumental, a estrutura de qualia e o mecanismo de coerção de tipo, com base nos autores apresentados anteriormente, como modelos adequados à explicação referente à relação de posse existente neste tipo de enunciado.

1. TEORIA DO LÉXICO GERATIVO (TLG)

Para Pustejovsky (1995), teorias da semântica lexical devem buscar explicações para a natureza polimórfica da linguagem, a semanticalidade de expressões da linguagem natural e o uso criativo de palavras em novos contextos. Assim, com o intuito de propor uma teoria que seja capaz de estabelecer regras que expliquem a sistematicidade dos casos de polissemia, o autor expõe a **teoria do léxico gerativo** como um modelo vantajoso no que diz respeito ao aspecto criativo do uso da linguagem.

Muitas palavras da língua têm mais de um sentido, propriedade esta geralmente denominada de polissemia. No entanto, a natureza dessa duplicidade de sentidos pode ser variada. Desse modo, Pustejovsky cita a distinção feita por Weinreich (1964) entre ambiguidade contrastiva, como exemplificado em *banco*, nos pares *ele está sentado no banco da praça* X *ele é cliente deste banco há anos* e ambiguidade complementar, apresentada em *o banco não cobra taxa referente a cheque especial* X *O banco foi construído em 1996*.

Na primeira comparação, constata-se que *banco* refere-se, respectivamente, a assento e instituição financeira, portanto são acionados dois sentidos de base diferentes. Já no segundo caso, trata-se de dois sentidos para o item lexical que, na verdade, são manifestações do mesmo significado básico. Interessa a este trabalho a ambiguidade complementar, uma vez que ela é o objeto de estudo de Pustejovsky, quando este define a **polissemia lógica** com a seguinte afirmação:

I will define logical polysemy as a complementary ambiguity where there is no change in lexical category, and the multiple senses of the word have overlapping, dependent, or shared meanings. (Pustejovsky 1995:28)¹

Assim, segundo o autor, podem ser descritas como casos de polissemia lógica as várias alternâncias que sistematicamente ocorrem em nomes, tais como a relação entre contáveis e não contáveis; recipiente e conteúdo; processo e resultado; lugar e pessoas etc.

1. Definirei polissemia lógica como sendo uma ambiguidade complementar em que não há nenhuma mudança de categoria lexical e os múltiplos sentidos da palavra possuem significados sobrepostos, dependentes ou compartilhados.

Tal recorrência justifica o tratamento dado a esse tipo de polissemia como polissemia lógica, pois há algo incorporado à natureza lexical desses termos que os torna polissêmicos, e esse é um fenômeno produtivo na língua. Logo, cria-se uma tipologia lexical na qual se prevê que podem ocorrer regras sistematizadas que acarretem a polissemia.

Um pressuposto da teoria de Pustejovsky diz respeito ao fato de que o que ocorre no âmbito da sentença está regulado pelo léxico, e a caracterização dos itens lexicais passa pela existência de quatro níveis distintos para a representação da informação sintático-semântica: a) Estrutura argumental, que especifica o número e o tipo de argumentos de um predicado; b) Estrutura eventiva, que exprime o tipo de evento associado a uma expressão lexical; c) Estrutura qualia, que indica as principais características semânticas dos itens lexicais; d) Estrutura de herança lexical, que estabelece a relação entre uma estrutura lexical e as outras estruturas lexicais numa matriz.

Além disso, a interpretação das palavras em contexto é permitida por mecanismos gerativos, tais como : co-composicionalidade, ligação seletiva e coerção de tipo.

Restringe-se, neste artigo, a apresentação das estruturas argumental e de qualia e do mecanismo de coerção de tipo, por serem os tópicos aos quais será feita referência no momento de análise do objeto de estudo.

1.1. Estrutura argumental

Trata-se da estrutura que abrange a especificação do número e do tipo de argumentos lógicos, e a forma como eles são realizados sintaticamente. Pustejovsky (1995) propõe uma discussão sobre a natureza dos argumentos, classificando-os em quatro tipos: a) argumento verdadeiro, sintaticamente realizado, como *João* no enunciado *João chegou tarde*, que possui um verbo monoargumental; b) argumento padrão, presente na estrutura lógica de Qualia, mas não necessariamente impresso no nível sintático, como se pode perceber em *João construiu a casa (com tijolos)*; c) argumentos apagado/sombreado, semanticamente incorporado ao item lexical, que só pode ser expresso se lhe for atribuído algum tipo de especificação, como é o caso de *Pedro dançou uma dança sensual* em oposição a **Pedro dançou uma dança*; d) argumento acessório, constituído pelas expressões temporais, modais,

locativas, que modificam o enunciado, mas não possuem relação específica com um item lexical, como o advérbio temporal *na terça* em *Maria dirigiu até Nova York na terça*.

1.2. *Estrutura de qualia*

É o nível que representa a formação dos papéis semânticos da estrutura subjacente de um item lexical. Na estrutura de qualia, estão representados os diferentes tipos de relação que os objetos podem estabelecer entre si, bem como a função e a origem desses objetos. A estrutura é baseada em quatro aspectos relacionais, que são os seguintes papéis:

Quale Constitutivo	Especifica a relação entre o objeto e seus constituintes.
Quale Formal	Explicita a distinção do objeto dentro de um domínio mais abrangente.
Quale Télico	Indica a finalidade do objeto.
Quale Agentivo	Especifica a origem do objeto.

Em relação à estrutura de qualia, Pustejovsky atenta ao fato de haver dois pressupostos fundamentais: o primeiro é o de que todos os itens lexicais, independentemente da sua categoria, têm uma estrutura de qualia e o segundo diz respeito ao fato de nem todos os itens lexicais terem um valor para cada papel quale: “There are two general points that should be made concerning qualia roles: (1) Every category expresses a qualia structure; (2) Not all lexical items carry a value for each qualia role”² (Pustejovsky 1995:76).

1.3. *Coerção de tipo*

A coerção é definida como o mecanismo gerativo que permite captar a relação semântica entre realizações de um mesmo item lexical em contextos sintáticos diferentes. Logo, trata-se de uma operação semântica que converte o tipo dos argumentos, forçando a mudança do tipo 2 (explícito

2. Há duas considerações que deveriam ser feitas sobre os papéis qualia: (1) toda categoria expressa uma estrutura qualia; (2) nem todos os itens lexicais carregam um valor para cada papel quale.

na estrutura sintática) em tipo 1 (a forma canônica). O verbo *começar*, por exemplo, pede como complemento um evento, considerado como o tipo 1, seja ele em forma de verbo infinitivo, como em *Pedro começou a ler o livro*, ou em forma de sintagma nominal, como em *Pedro começou a leitura do livro*.

Já em um enunciado como *Pedro começou o livro*, não há de forma explícita um evento na posição de complemento do verbo *começar*: No entanto, para Pustejovsky, podemos transformar o tipo 2 (SN) em um tipo 1 (evento), através da coerção de tipo, mecanismo que é permitido em função da estrutura de qualia de *livro*. Assim, ao acionarmos o qualis agente, temos a interpretação (a) *Pedro começou a escrever o livro* e, se acionado o qualis télico, obtém-se o sentido de (b) *Pedro começou a ler o livro*.

Segundo o autor, não é papel de uma teoria semântica lexical dizer qual leitura é preferida, (a) ou (b), mas quais leituras são possíveis para um determinado enunciado. A semântica lexical, deve, portanto, mostrar os possíveis sentidos e explicá-los, mas a decisão de acionar um ou outro sentido depende do contexto.

Na última seção, na proposta de análise para o enunciado delimitado aqui como objeto de estudo, será retomado o conceito de tal mecanismo. Na sequência, apresenta-se a proposta de Jackendoff (2000), ainda como aporte teórico à análise.

2. TEORIA CONCEITUAL DE JACKENDOFF

Jackendoff (2002) aponta o que tem sido o desafio dos trabalhos linguísticos durante muitos anos: a compreensão de como processamos o significado e sua relação com a linguagem. Assim, dedica seus estudos a questões que envolvem o significado e explica que seu trabalho das últimas três décadas tem por objetivo compatibilizar a tecnologia formal, com a qual pretende contribuir, e os fundamentos psicológicos da gramática gerativa, especificamente o mentalismo, base de suas pesquisas. Delimita-se, neste artigo, a discussão apresentada pelo autor acerca de Polissemia e Processo de Composição Enriquecida.

2.1. Polissemia

Como uma teoria semântica pode lidar com a polissemia – tomando-a como sentidos aparentemente diferentes de um item lexical, com algum relacionamento intuitivo entre eles – é, para Jackendoff, uma das mais discutidas questões da semântica lexical, apresentando-se como um desafio a essa área. Assim, tratar a polissemia requer olhar para dois extremos: em um deles, deve-se concordar que os sentidos de *banco1* e *banco2* sejam tratados como homonímia, dada a incompatibilidade entre eles. Por outro lado, diante do enunciado *The ham sandwich in the corner wants some more coffee* é difícil aceitar esse uso de *sandwich* para se referir a uma pessoa, como um processo que constitui o léxico mental.

I doubt anyone thinks that the mental lexicon lists *ham sandwich* as potentially referring to a person, or *Russell* as referring to a book, or *John* as referring to a car, even though they are understood that way in *The ham sandwich in the corner wants some more coffee*, *Plato* is on the top shelf next to *Russell* and *John* got a dent in his left fender. (Jackendoff 2002:340)³

Dessa forma, define que teorias do léxico devem fazer essas distinções entre tipos de polissemia. Embora reafirme o fato de esses processos de extensão de sentido, assim como os processos metonímicos, não terem sentidos listados no léxico, Jackendoff busca uma explicação para a produtividade desse tipo de enunciado, solução encontrada em uma estrutura cuja formalização será exposta na próxima seção.

Apresenta-se, portanto, a seguir, o que Jackendoff definiu como **enriched composition**, visto que se trata de um mecanismo que parece dar conta de explicar algumas construções possíveis na língua, entre elas, os casos de metonímia não convencionalizados.

3. Duvido que alguém pense que o léxico mental liste *sanduíche de presunto* como referindo-se potencialmente a uma pessoa, ou *Russel* referindo-se a um livro, ou *John* referindo-se a um carro, muito embora eles sejam compreendidos desta forma em *O sanduíche de presunto* lá no canto quer mais um pouco de café; *Platão* está na estante de cima; ao lado de *Russel*; e *John* teve um amassado no pára-lama esquerdo.

2.2. *Composição enriquecida*

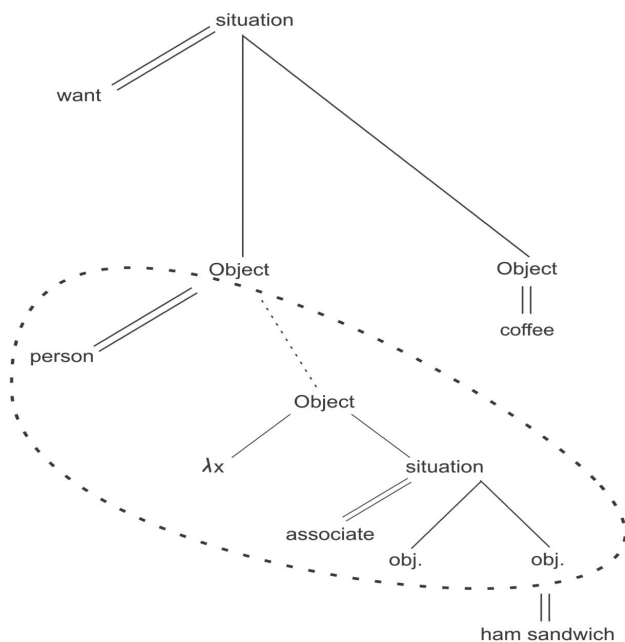
De acordo com o que afirma Jackendoff (2002), há na língua alguns enunciados nos quais parte do conteúdo semântico não corresponde a alguma parte expressa nas estruturas fonológica e sintática, portanto sua interpretação depende da recuperação do conteúdo não explícito, ou seja, da interação entre gramática, estrutura conceitual e contexto, o que é possível de se explicar pelo processo de composição enriquecida. Dentre os exemplos apresentados pelo autor em sua argumentação a favor desse fato, tem-se o enunciado já apresentado - *The ham sandwich over in the corner wants more coffee* – sobre o qual nos propõe a seguinte reflexão: se construíssemos o significado do enunciado, analisando-o como um processo de transferência do referente, como ocorre na metonímia em geral, acarretaria que o *sandwich* tem um desejo, o que fere a boa formação conceitual da língua. Portanto, o interlocutor atinge a compreensão esperada, por meio de uma reestruturação do enunciado, fazendo uso de palavras não presentes nas estruturas fonológica e sintática, o que Jackendoff afirma ser uma paráfrase, cujo resultado é visto em: *The person over in the corner (contextually associated with a ham sandwich) wants a more coffee*. O autor nos coloca três possibilidades para explicar esse procedimento de transformação:

1) *Ham sandwich* é um termo lexicalmente polissêmico, tendo um significado extra como ‘pessoa contextualmente associada a um sandwich de presunto’ talvez derivado de uma regra lexical. Descarta essa hipótese, dada a impossibilidade de se armazenar esse significado extra na memória de longo prazo, requisito crucial para o aprendizado lexical nesta concepção conceitualista do significado.

2) O enunciado não faz parte da competência gramatical do falante, tratando-se de um fenômeno explicado somente na pragmática. Também descarta esta hipótese, a partir de outros exemplos em que a transferência do referente tem relação com regras sobre ordem gramatical.

3) As partes omissas nas estruturas fonológica e sintática podem ser tratadas como partes semânticas regulares, aliás, tão regulares que, segundo o autor, se comparadas à morfologia, corresponderiam a afixos regulares. Assim, a parte responsável pelo processo de transferência do referente seria um pedaço da linguagem que pode ser usado livremente para construir novas sentenças. Em função de não haver reflexos sintáticos ou fonológicos,

trata-se de um pedaço do significado que, de forma convencional, não tem expressão aberta no enunciado, representado formalmente pelo esquema (Jackendoff 2002:390)



O ponto central desta hipótese adotada pelo autor está no fato de que o falante pode abreviar a sua declaração, levando seu interlocutor a reconstruir a unidade não expressa, como afirma em

I suggest we can think of it as a conventionalized element of meaning that speakers can use to abreviate their utterances, trusting that heares can construct this element when it is absent from the signal. (Jackendoff 2002:391-392) ⁴

De forma ambivalente, essa reconstrução tanto é de natureza pragmática, pois o sentido está na parte contextualizada da interpretação, mas não é parte da sentença, quanto é semântica, visto que o sentido também é convencionalizado e integrado com a estrutura conceitual.

4. Sugiro que possamos pensar nisto como um elemento convencionalizado do significado que os falantes podem utilizar para abreviar seus enunciados, confiando que os interlocutores possam construir este elemento quando ele estiver ausente do sinal.

3. BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS AUTORES

Pode-se afirmar que os trabalhos de Pustejovsky e Jackendoff, mesmo pautados em linhas semânticas diferentes, uma vez que este vê a linguagem como representação conceitual do mundo, e aquele a concebe apenas no aspecto formal, possuem alguns pontos convergentes: a) ambos adotam uma abordagem lexicalista, assumindo como aspectos da língua a polimorfia e a composicionalidade; b) ambos pressupõem em suas análises que nem toda estrutura semântica deve aparecer no nível da sintaxe; c) em função de (a) e (b), ambos propõem o enriquecimento das representações lexicais a partir de regras composicionais mais abrangentes.

Como um argumento favorável a essa proposta de aproximação, pode-se comparar o mecanismo de coerção de tipo, visto na TLG, com o processo de composição enriquecida. Para isso, retoma-se aqui o conceito de composição enriquecida, adotado por Jackendoff, a partir da coerção de aspecto (p. 390), como será exposto, utilizando os mesmos enunciados selecionados pelo autor: *Sam slept until the bell rang.* (Sam dormiu até o sino tocar) e *Sam jumped until the bell rang.* (Sam pulou até o sino tocar)

A questão que leva à discussão dos enunciados, segundo o autor, é que *until* expressa o limite temporal de um processo contínuo, o que se aplica ao primeiro caso, considerando que dormir é um processo contínuo. De forma oposta, há verbos que denotam uma ação temporariamente limitada, que não podem ser associados a *until*. Logo, tem-se uma exceção no segundo caso, pois o verbo *pular*, que também denota uma ação temporariamente limitada, está associado a *until*, e isso não prejudica a aceitabilidade do enunciado.

O que facilmente pode ser percebido é que *pular* denota uma ação que pode ser repetida, logo esse ato repetido de pular, isto é, esse conjunto de pulos, passa a ser visto como um processo contínuo, o que garante ao enunciado as boas condições de formação.

Dando sequência à argumentação de Jackendoff, a próxima questão seria verificar por meio de que processo uma ação simples se transforma em uma ação repetida. Ele chega até a levantar a hipótese de que alguém poderia propor o verbo pular como polissêmico, cujos significados seriam: ‘jump once’ e ‘jump repeatedly’. No entanto, descarta essa proposta, alegando que não há possibilidade de se listar no léxico todos os verbos que

contenham os sentidos de ‘ação singular’ e ‘ação repetida’, visto que isso parece ser um processo regular.

Em oposição à ideia anterior, o autor define que o sentido da repetição se dá nos enunciados pelo processo de coerção. Trata-se de um processo de construção em nível conceitual, sem evidência fonológica ou sintática. O papel dessa repetição no significado da sentença equivale ao desempenhado por advérbios como *repetidamente*, apenas com a diferença de não haver forma fonológica e sintática.

Assim, Jackendoff assume que a explicação dada a esse processo específico de coerção de aspecto insere-se em um mecanismo mais amplo, a composição enriquecida, visto que a omissão de um advérbio responsável pelo sentido da repetição indica que, nesse caso, também há um elemento do significado convencionalizado que pode ser abreviado pelo falante.

Este enquadramento da coerção de aspecto no processo de composição enriquecida, em que se determina ser o primeiro um processo mais específico e o segundo mais abrangente, parece permitir a existência também de uma possível relação entre a composição enriquecida e os mecanismos gerativos dados em Pustejovsky (1995).

Retomando o mecanismo de coerção de tipo, sabe-se que se trata de uma operação semântica que converte o tipo dos argumentos, o que ocorre sobretudo com verbos aspectuais, como *começar*. Assim, os enunciados *começou a ler o livro* e *começou o livro* apresentam diferentes contextos sintáticos para o verbo *começar* – verbo infinitivo e sintagma nominal. No entanto, em vez de se estabelecer o padrão de uma entrada lexical distinta a cada diferente complemento do verbo, a TLG propõe uma entrada única que registra o tipo canônico do predicado, que, no caso deste verbo, é um evento. Se o complemento não corresponder a um evento, a coerção é aplicada, forçando uma mudança de tipo do complemento.

Nesse sentido, parece haver nesse mecanismo características básicas do processo de composição enriquecida dado em Jackendoff: a) se na coerção de aspecto se propôs um único sentido para os verbos que indicam ação repetida, na coerção de tipo também se atribui apenas um sentido ao verbo *começar* e o seu complemento sintático é padronizado como evento b) em ambos os processos, parte do conteúdo semântico não emerge na estrutura fonológica e sintática, parte esta que pode ser inferida pelos falantes.

Tanto a coerção de evento quanto a coerção de tipo mostram-se como exemplos de processos necessários à explicação para a boa formação semântica dos enunciados. Não fosse isso, associar uma ação não contínua com *until* ou associar o verbo *começar* a um não-evento seria considerado um desvio de regras semânticas.

Apostando nessa abordagem de aproximação, na análise apresentada na seção seguinte, proponho que os enunciados sejam compreendidos a partir do mecanismo de coerção de tipo sem que se exclua a possibilidade de serem esquematizados no processo de composição enriquecida.

4. RELAÇÕES DE POSSE NA METONÍMIA

Retomemos o enunciado *eu estou estacionado*, a partir da proposta de Nunberg (1996). Diante da interpretação dada a esse enunciado pelos seus interlocutores, que deduzem ser o carro o objeto que está estacionado e não o indivíduo, poderíamos classificá-lo como um exemplo típico de metonímia. No entanto, ao contrário dessa hipótese, Nunberg se refere a tal extensão do significado como **transferência de sentido**.

Ele argumenta contra uma análise metonímica, em que o sujeito do enunciado *eu* seria interpretado como *meu carro*. Não se trata de uma mudança de referente, ou seja, não é o caso de se fazer menção ao pronome *eu* com a intenção de se referir a *carro*. Ao contrário, a posição defendida pelo autor é a de haver condições pragmaticamente licenciadas, que permitem ao predicado estender seu sentido. Assim, esse processo de transferência unidirecional permite que uma propriedade aplicada a um nome seja direcionada a outro nome, desde que haja uma relação entre ambos, o que pode ser esquematizado do seguinte modo:

(1) *Eu estou estacionado*

P \leftarrow \rightarrow x

P' \leftarrow \rightarrow y

Onde x = carro e y = pessoa.

Segundo o autor, a condição para essa transferência é a relação de posse existente entre x e y, relação esta que deve ser relevante, caso contrário, tal

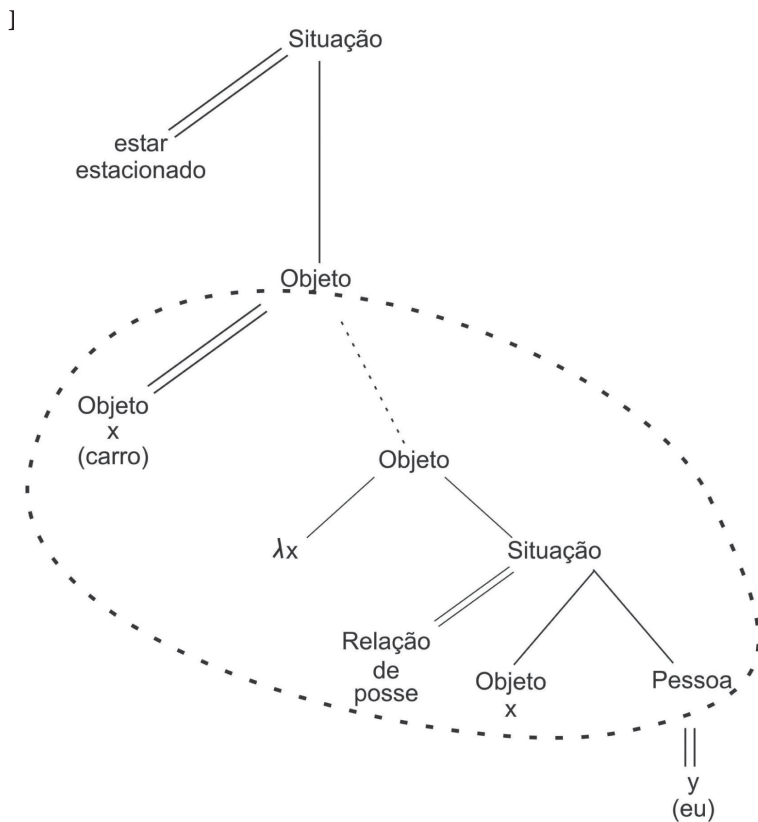
processo não ocorreria. No entanto, conforme já exposto, ele considera essa relação um possível objeto de estudo da pragmática.

Desse modo, há três questões a serem pontuadas da leitura de Nunberg, as quais enumero como objeto de discussão, a fim de se esclarecer qual é o ponto de partida da análise aqui proposta: 1) a distinção entre os processos de metonímia e transferência de predicado (ou de sentido); 2) a observação da relevância da relação de posse, caracterizando-a como condição necessária ao processo de transferência; 3) a indicação de se tratar o processo de transferência em uma abordagem pragmática, dada a questão da relevância vista na relação de posse.

Em relação ao primeiro item, deve ser reiterado o fato de que, para Nunberg, o predicado *estacionar* de (1), inicialmente atribuído a um veículo, passa a ser atribuído a um indivíduo. Isso nos leva a pensar em *estacionar* como um caso de polissemia, em que se pode prever $estacionar\ 1 = P$ e $estacionar\ 2 = P'$. Essa é a razão pela qual o autor atribui a esse processo a denominação de transferência de predicado, diferenciando-o da metonímia. No entanto, para a análise que proponho neste trabalho, cujo enfoque é a explicação pautada na TLG, essa diferença é irrelevante, pois parto do princípio de que o processo de elaboração do enunciado (1) deve ser tratado como um mecanismo de coerção de tipo (Pustejovsky, 1995). Assim, por não ser necessário considerar a diferença apontada por Nunberg entre metonímia e transferência, adoto as expressões *extensão de sentido* ou *metonímia não-convencionalizada* (denominação adotada, de modo geral, na literatura pesquisada sobre metonímia) quando me refiro a enunciados como (1), o que já vem ocorrendo desde a introdução deste trabalho.

Quanto ao segundo item, não há como discordar da relevância da relação de posse nos processos de produção e interpretação de (1), e este será o foco da análise aqui proposta. Já em relação ao terceiro e último, contra-argumento que é possível prever que a explicação para a ocorrência deste tipo de enunciado seja sistematizada. Isso não implica que se exclua o papel da pragmática no processo de produção e interpretação do enunciado, uma vez que sua ocorrência se realiza em contexto específico, mas a proposta que segue, além de expor a sistematicidade dos exemplos, visa à investigação da natureza da relação de posse existente no processo. A questão que se coloca como objetivo, portanto, é verificar se há sistematicidade na ocorrência de enunciados desse tipo e os critérios que possam explicá-la.

Retomando o processo de **composição enriquecida**, visto em Jackendoff (2002), pode-se dizer que em *eu estou estacionado* a relação de posse, relevante na relação entre carro e proprietário, é reconstruída dentro daquilo que ele diz ser a parte do conteúdo semântico sem expressão nas estruturas sintática e fonológica. Assim, pode-se pensar em uma estrutura de representação formal desse enunciado, equivalente à proposta apresentada pelo autor ao enunciado *the ham sandwich over in the corner wants more coffee*, como comparado a seguir.



Nesta representação, os predicados e os argumentos são esquematizados pelo traço duplo. Tanto o predicado quanto os argumentos expressos no nível da sintaxe ficam fora da linha pontilhada. O argumento explícito é o pronome *eu*, mas recupera-se a relação implícita entre *indivíduo* e *carro* na parte delimitada pela linha pontilhada. Dentro desse limite está exatamente o que Jackendoff considera ser uma parte do significado sem expressão na

superfície do enunciado: “it is just a conventionalized piece of meaning that has no overt expression”⁵ (Jackendoff 2002:389).

Em *eu estou estacionado*, essa parte não expressa reconstrói a ideia “o carro cujo dono sou eu”, o que é abreviado na declaração do falante por “eu”, dado o contexto já mencionado.

No exemplo usado por Jackendoff, o operador λ significa *pessoa associada com*. Já na segunda representação, baseando-me na ideia do autor, proponho que o operador signifique *objeto que é propriedade de*. Enquanto no primeiro caso, a pessoa é associada a um objeto, visto tratar-se de uma situação em que o nome do prato é relevante para fazer referência ao cliente, no segundo, a associação é inversa, visto ser relevante, nesse caso, a indicação do proprietário do objeto.

Logo, na representação formal, vê-se que a relação de posse pode ser a responsável pela atribuição de sentido ao enunciado, sentido este que se encontra na parte contextualizada, mas também integrado à estrutura conceitual. Portanto, diria que o valor dessa proposta está na possibilidade de se situar formalmente a relação de posse envolvida no processo.

A possibilidade de representar *eu estou estacionado* conforme o esquema demonstrado ratifica a abrangência de um mecanismo como o de composição enriquecida, que dá conta de explicar a estrutura subjacente no sentido do enunciado, cuja interpretação costuma ficar restrita ao campo da Pragmática.

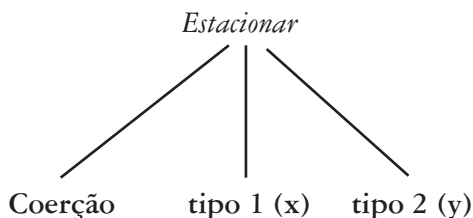
Desse modo, retomo três pontos favoráveis à composição enriquecida, considerando-a um mecanismo eficiente para explicitar a organização de *eu estou estacionado*: estabelece que o significado contido na estrutura conceitual não precisa estar necessariamente explícito na sentença, mostra a reconstrução que o ouvinte deve fazer da declaração do falante e possibilita situar nesse processo de reconstrução o operador que estabelece a relação de posse.

Entretanto, o que fica ainda a ser investigado é exatamente quais são as características específicas dessa relação de posse marcada na estrutura conceitual. Proponho, então, uma análise que não exclua a proposta ba-

5. É apenas um item convencionalizado de significado que não possui nenhuma expressão explícita.

seada em Jackendoff, de representar os processos de extensão de sentido como composição enriquecida, mas que, em complemento a essa ideia, busque um tratamento formal da relação de posse no domínio lexical. Assim, pressupondo que a relação de propriedade é a relação que licencia o uso do enunciado, pretendo realizar uma análise que dê conta, ao menos parcialmente, de explicar como parte dessa relação pode ser atribuída à estrutura léxico-conceitual, com base na TLG, especificamente, na estrutura de qualia. Pensar em uma explicação embasada na TLG para o enunciado *eu estou estacionado* implica a retomada do mecanismo de coerção de tipo.

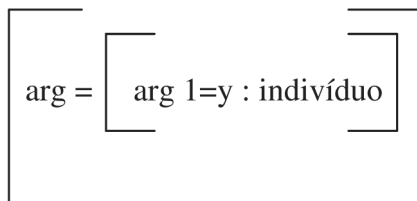
De fato, o predicado *estacionar* restringe seu argumento a um SN como *veículo*, fato que impossibilitaria a produção e a interpretação do enunciado *eu estou estacionado*. No entanto, a ocorrência desse enunciado é licenciada pelo mecanismo de coerção, que transforma o tipo não desejado (tipo 2 – indivíduo) no desejado (tipo 1 – veículo) representados, respectivamente, por *y* e *x* no esquema a seguir:



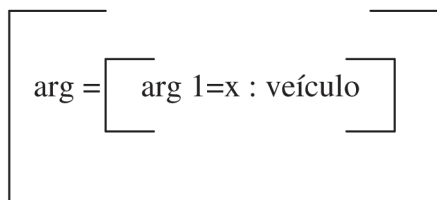
Onde *x* equivale a *veículo*, forma canônica do argumento selecionado pelo predicado, e *y* a *indivíduo*, argumento aceito pelo mecanismo de coerção.

Assim, temos a elaboração de uma proposta de representação formal para *eu estou estacionado*, a partir da estrutura argumental, que se inicia com a passagem de I para II:

I estacionado



II estacionado



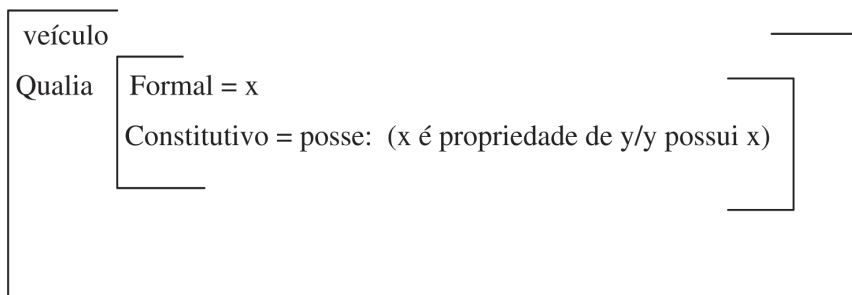
Vimos, em 1.3, *começar o livro* como exemplo de um enunciado cuja interpretação se faz também pelo mecanismo de coerção de tipo. Nesse caso, o predicado seleciona como argumento um evento, portanto ocorre, via coerção, a mudança de tipo 2 (objeto) para tipo 1 (evento). Retomo essa análise para ressaltar que o que licencia essa coerção é o próprio conteúdo semântico do objeto, pois evento faz parte da estrutura de Qualia de *livro*.

Em *eu estou estacionado*, tal mecanismo também não ocorre aleatoriamente, pois deve haver uma relação entre os tipos, expressos por *y* e *x*, que licencia a coerção. No entanto, ao contrário da ligação entre *livro* e *evento*, a relação entre *indivíduo* e *carro* não é prevista no léxico. Pretendo dizer com isso que enquanto é possível acionar um evento na própria estrutura semântica de *livro*, *eu* não contém, em si mesmo, a informação relevante para o mecanismo de coerção. Isso acarreta a necessidade de um operador que licencie a mudança de tipo 2 (indivíduo) para tipo 1 (veículo), que é a relação de posse.

Dando sequência a essa ideia e, assumindo a hipótese de que a conversão do tipo 2 em tipo 1 ocorre via coerção, com o uso do operador *posse*, faz-se necessário explicar como essa relação pode ser estruturada na TLG.

Se a coerção ocorre entre *y* e *x*, e se isso se dá em função da relação de posse existente entre eles, deve haver algo na estrutura de *x* – neste caso, veículo – que permite essa relação. Logo, diferentemente do que ocorre no mecanismo de coerção, a informação semântica que licencia a mudança de tipo não está no tipo 2, mas no tipo 1, por isso proponho que o operador *posse* seja representado na estrutura de Qualia do objeto (tipo 1). Desse modo, a mudança visualizada de I para II se justifica e se completa com a representação da relação de posse na estrutura de Qualia do SN veículo, como em III:

III



A formalização proposta em III significa que o processo de coerção, exposto no percurso de I para II, só é possível pelo acréscimo da relação de posse na estrutura de qualia, relação esta que se enquadra no quale constitutivo.

Retomando a definição de quale constitutivo em Pustejovsky (1995), vimos que se trata do quale que explica a relação existente no léxico entre o objeto e seus constituintes, expressa por elementos como o material do qual o objeto é feito ou as partes que compõem o todo. Desse modo, é evidente que todas as partes das quais um veículo é constituído fazem parte de seu quale constitutivo, que, nesta proposta, passa a abranger também o operador posse. Não é o caso aqui de atribuímos à relação x,y (veículo / indivíduo) a mesma explicação para a relação x,y (mão/corpo). Dizer que veículo (x) é propriedade do indivíduo (y) não equivale a dizer que x seja parte de y nas mesmas condições em que mão é parte do corpo.

Claramente, mão faz parte do corpo e ambos são elementos da mesma natureza, o que significa que se trata de uma relação de posse inalienável. Isso não ocorre na relação entre um objeto e seu proprietário, visto se tratar de seres de diferente natureza – objeto (não humano) e indivíduo (humano). Pelo mesmo motivo, também não se pode dizer que essa relação expressa como *x é propriedade de y e y possui x* se classifique como meronímia clássica, haja vista que, segundo Cruse (1986), os elementos da meronímia também devem ser do mesmo tipo semântico.

Com a intenção de se buscar um argumento favorável à proposta de formalização expressa em III, retomo uma concepção mais ampla para o quale constitutivo, vista em Moravcski (1998), segundo a qual o fator

constitutivo exprime a relação entre a palavra dada e o domínio dentro do qual o limite de denotação deve ser situado. Assim, o predicado *estar estacionado*, que inicialmente seleciona como argumento *veículo* (x), passa a aceitar, via coerção de tipo, o argumento *indivíduo* (y), com o uso do operador de posse, considerando que essa relação está no domínio léxico-conceitual do predicado.

Essa mesma explicação parece ser adequada a outros exemplos, o que justifica que se aponte para esse processo como sistemático, dada a criação de novos enunciados, tais como:

Estou amassado; Estou amarrotado; Estou engomadinho Tipo 2 (indivíduo)
Tipo 1 (roupa)

Estou em reforma; Estou sem eletricidade; Estou no alicerce Tipo 2 (indivíduo)
Tipo 1 (casa)

Cabe ressaltar que, até o momento, a referência feita à relação de posse é de uma relação simplificada entre proprietário e propriedade, no caso, veículo/indivíduo, exemplificada pelas relações entre os objetos e as pessoas, indiferente se o indivíduo é de fato proprietário do objeto ou se este está provisoriamente em seu poder, como um empréstimo. Seria possível pensar em uma relação entre objeto e usuário, mais ampla do que a relação objeto/proprietário.

Além disso, a formalização III, se tomada em seu sentido mais amplo, leva-nos a crer que, neste tipo de construção linguística, o mecanismo de coerção de tipo ocorre em qualquer situação em que haja relação de posse entre x e y. No entanto, ao analisar as ocorrências na língua, podemos perceber que não se trata de um processo sem restrições. Há características específicas na relação de posse, responsáveis pela delimitação da coerção, o que requer que sejam feitas subcategorizações, conforme seguem, a partir da seleção de alguns dos enunciados produzidos na língua.

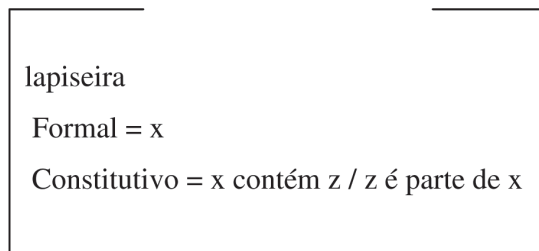
Estou sem grafite Tipo 2 (indivíduo) Tipo 1 (lapiseira)

Estou sem crédito Tipo 2 (indivíduo) Tipo 1 (celular)

Neste caso, também há uma relação de posse entre X e Y, representada em III, o que permite a coerção, como já formalizado em I e II. No entanto, há uma diferença em relação aos enunciados do grupo anterior, pois o

próprio predicado contém um elemento que é constitutivo do objeto (x). O predicado *estar sem grafite* contém um elemento z (grafite), que é parte de x (lapiseira), o que também é representado na estrutura de qualia pelo quale constitutivo:

IV



Onde: x = lapiseira z = grafite

Logo, o sentido do enunciado *estou sem grafite* corresponderia ao sentido de *estou sem lapiseira*, pois a falta do grafite impossibilita o uso da lapiseira.

A especificidade desses enunciados em relação aos apresentados anteriormente está na associação das duas relações: a relação entre x e y (y possui x) e a relação entre z e x (z é parte de x), o que seguramente faz com que y, ao possuir x, possua também z. Trata-se então da relação de posse entre o indivíduo proprietário e o objeto propriedade e, por consequência, todas as partes constituintes desse objeto.

Já em enunciados como

Estou impedido de andar em SP Tipo 2 (indivíduo) Tipo 1 (carro)

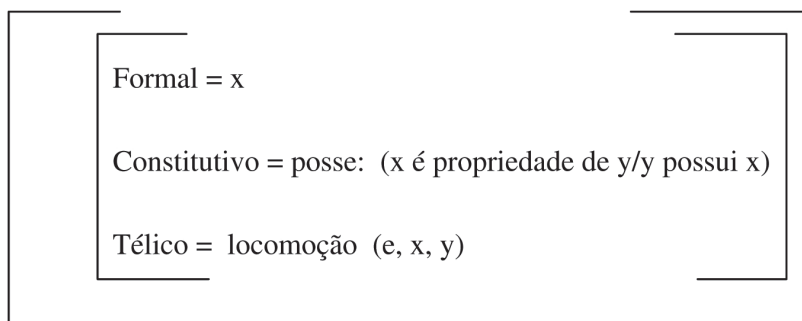
Estou sem gasolina Tipo 2 (indivíduo) Tipo 1 (carro)

Estou atolado Tipo 2 (indivíduo) Tipo 1 (carro)

Os predicados indicam um estado negativo em relação ao funcionamento do carro. O sentido de perda, presente nas expressões *estar impedido*, *sem gasolina* e *atolado*, estende-se ao proprietário, que passa a sofrer o mesmo prejuízo, dado o fato de o veículo (x) ser o objeto de locomoção do indivíduo (y).

Portanto, especificando mais a proposta de formalização dada em III, faz-se necessária a inclusão do quale tético, cuja função é indicar a finalidade a que se destina o objeto semântico, na estrutura de qualia. Atribuindo a *carro* o sentido de objeto de locomoção, apresento em V uma proposta de representação semântica dos objetos (tipo 1), como explicação ao mecanismo de coerção representada em I e II:

V



Onde: y = indivíduo x = objeto (carro) e = evento

Portanto, o sentido desses enunciados depende da relação que pode ser estabelecida entre os papéis qualia: constitutivo e tético. Como não é suficiente para a interpretação desejada a informação dada no quale constitutivo – x é propriedade de y – torna-se relevante acrescentar outra informação: x é um instrumento por meio do qual y realiza um evento, por exemplo, o de locomover-se.

O objetivo nesta seção foi, além de propor uma análise formal ao fenômeno linguístico em questão, buscar indícios de regularidades na estrutura desse fenômeno, que parece, em um primeiro instante, tão dependente do contexto. Não pretendo com isso afirmar que haverá regras que regulem todo e qualquer exemplo de extensão de sentido. Ao contrário, deve haver criações na língua cuja explicação seja de natureza exclusivamente pragmática, pois, quando buscamos contextos adequados, quase tudo pode ser explicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, apresentei dois autores - Pustejovsky e Jackendoff - delimitando, da leitura da cada um deles, os pontos que seriam relevantes para uma proposta de análise da metonímia não convencionalizada.

O percurso de elaboração de tal proposta pode ser brevemente retomado: a) Em comparação ao esquema de representação do enunciado *the ham sandwich over in the corner wants more coffee*, dado por Jackendoff, o exemplo *eu estou estacionado* também pode ser mostrado como um caso de **composição enriquecida**. Isso significa que a interpretação que fazemos para o segundo enunciado – meu carro está estacionado – possui uma parte não expressa nos níveis fonológico e sintático, definida como parte da estrutura conceitual, que o esquema formalizado pelo autor trata de explicitar. A vantagem desse modelo de representação está no fato de se estabelecer, dentro da estrutura conceitual, um “lugar” para a parte contextualizada do enunciado. b) Como a composição enriquecida é um processo abrangente, que parece dar conta de explicar construções linguísticas que envolvem extensão de sentido e coerção de aspecto, pode-se considerar o **mecanismo de coerção de tipo** – estudado a partir da TLG – como um mecanismo possível de ser explicado no âmbito desse mesmo processo da composição enriquecida. Assim, a opção por analisar *estou estacionado* como coerção de tipo é compatível com fato de tal exemplo também ter sido anteriormente estruturado como composição enriquecida. c) A escolha do mecanismo de coerção para explicar *estou estacionado* se pauta na seguinte leitura que se faz desse tipo de construção linguística: o predicado *estacionar* seleciona como argumento um SN veículo (tipo 1), o que acarretaria a má formação semântica do enunciado em questão. No entanto, pelo mecanismo de coerção, faz-se a conversão do tipo 2 – indivíduo – em tipo 1 – veículo, e o que permite essa conversão de tipos é a **relação de posse** entre veículo e indivíduo. Tem-se, então, o ponto central da análise, que consiste em explicar tal relação de posse, que é uma relação semântica e com traço gramatical (sujeito explícito, ou subentendido, na primeira pessoa), fortemente marcada nos exemplos encontrados. d) Mais uma vez com base na TLG, tem-se a opção de explicar a relação de posse dentro da **Estrutura de Qualia**, e, a partir da investigação de alguns dados, torna-se relevante estabelecer especificidades nessa relação.

Desse modo, procurei mostrar que, diante de construções linguísticas interpretadas contextualmente, é possível investigar se há regularidade na construção desses enunciados, bem como buscar o que explica tal regularidade. Em função de a pesquisa acadêmica requerer a delimitação do tema e do modelo teórico-metodológico, investiguei a regularidade de um tipo específico de enunciado e assumi o enfoque lexical para a análise. Entretanto, ficam abertas as possibilidades de serem estudados outros casos de extensão de sentido, tanto quanto as possíveis perspectivas teóricas para isso. Espero ter contribuído, de alguma forma, para a pesquisa na área da semântica lexical e para o nosso conhecimento quanto ao funcionamento da língua portuguesa.

Recebido em junho de 2011

Aprovado em outubro de 2012

E-mail: monicatrin@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRUSE, D. A. (1986). *Lexical Semantics*. New York: Cambridge University Press.
- JACKENDOFF, Ray. (2002). *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. New York: Oxford, University Press.
- MORAVCSIK, Julius M. (1998). *Meaning, creativity, and the partial inscrutability of the human mind*. California: Center for the study of language information – Stanford.
- NUNBERG, Geoffrey (1996). “Transfers of Meaning”. In: PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV, Branimir. *Lexical Semantics – the problem of polysemy*. New York: Oxford University Press.
- PUSTEJOVSKY, James (1995). *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press.
- PUSTEJOVSKY, James & BOGURAEV, Branimir (1996). *Lexical Semantics – the problem of polysemy*. New York: Oxford University Press.